

**CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 030/2020**

CONTRATO PARA EXECUÇÃO DE SERVIÇOS, que fazem entre si o MUNICÍPIO DE SANTA MARIA DO OESTE, Estado do Paraná, pessoa jurídica de Direito Público Interno, C.N.P.J. Nº. 95.684.544/0001-26, neste ato representado pelo Prefeito Municipal Sr. **JOSE REINOLDO OLIVEIRA**, brasileiro, casado, portador da Cédula de Identidade nº 4.153.797-3/SSP – PR e do CPF/MF nº 508.688.109-91, residente e domiciliado na Rua Arnaldo Ewaldo Iansse, 765, Centro, Município de Santa Maria do Oeste - PR, doravante denominado CONTRATANTE **JOCIANO MAIER 08047904930**, inscrito no C.N.P.J. sob nº 27.155.567/0001/93, localizada na Rua Agenor de Oliveira, s/n - Centro, Município de Santa Maria do Oeste/PR, neste ato representado por Jociano Maier, portador do RG nº 9.633.040-5 CPF nº 080.479.049-30, residente e domiciliado à Rua Agenor de Oliveira, s/n - Centro, Município de Santa Maria do Oeste/PR, doravante denominado CONTRATADO, de acordo com a TOMADA DE PREÇOS nº 005/2020 sob o regime de empreitada por preço global, tipo MENOR PREÇO, e com a Lei federal nº 8.666 de 21/06/93 e suas posteriores alterações, com as seguintes cláusulas:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO:

“Contratação de Empresa para Prestação de Serviços de Instalação e Manutenção de Redes Elétricas dos Bens Públicos do Município de Santa Maria do Oeste - Pr”

Item	Nome do produto/serviço	Quant.	Unid.	Preço Unit.	Preço Total
1	PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE INSTALAÇÃO E MANUTENÇÃO DE REDES ELETRICAS	2.000	Horas	R\$ 36,00	R\$ 72.000,00
TOTAL =>					R\$ 72.000,00

CLÁUSULA SEGUNDA - DO PREÇO:

O preço certo e ajustado para a Prestação de Serviços referente ao objeto do presente contrato, perfaz o valor global fixo de R\$ 36,00 (Trinta e Seis Reais) a hora, perfazendo um total do Contrato de R\$ 72.000,00 (Setenta e Dois Mil Reais).

PARÁGRAFO ÚNICO: Ao CONTRATANTE fica reservado o direito de reter impostos municipais/federais incidentes sobre os serviços contratados.

CLÁUSULA TERCEIRA - DO REGIME DE EXECUÇÃO:

O regime de execução é a EMPREITADA POR PREÇO GLOBAL.

CLÁUSULA QUARTA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:

ÓRGÃO	12 – Secretaria Municipal de Urbanismo
UNIDADE	002 – Departamento de Serviços Urbanos
CLASSIFICAÇÃO FUNCIONAL	25.751.1501.2065
NOME DO PROJETO/ATIVIDADE	Encargos Manutenção Iluminação Pública
NATUREZA DA DESPESA	3.3.90.39.00.00 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica 02630 – 00507 – COSIP – Contribuição de Iluminação Pública, Art. 149-A, CF

Jociano Maier



MUNICIPIO DE SANTA MARIA DO OESTE - ESTADO DO PARANÁ

C N P J: 95.684.544/0001-26

RUA JOSÉ DE FRANÇA PEREIRA, N° 10 - CEP: 85.230-000 - FONE/FAX: (42) 3644-1359



FLS. N° 86

CLÁUSULA QUINTA - DO PRAZO DE VIGÊNCIA:

A vigência do presente contrato inicia-se nesta data e encerra-se na data de 31/12/2020.

CLÁUSULA SEXTA - DO PRAZO DE EXECUÇÃO:

O prazo de execução dos serviços será de 15 (Quinze) dias, contados da data de emissão da Requisição de Serviços emitida pela Secretaria Municipal de Administração do Município de Santa Maria do Oeste, devendo ser iniciado no prazo Máximo de 03 (Três) dias.

PARÁGRAFO ÚNICO: Qualquer prorrogação nos prazos somente se dará com a anuência expressa do CONTRATANTE através de Termo Aditivo assinado entre as partes, atendidos os requisitos da cláusula sétima.

CLÁUSULA SETIMA - DA ORDEM DE SERVIÇOS E FISCALIZAÇÃO PELO CONTRATANTE:

A Secretaria Municipal de Habitação e Obras do Município de Santa Maria do Oeste, deverá fornecer a correspondente Requisição de Serviços, proceder a fiscalização e medição dos serviços realizados.

CLÁUSULA OITAVA - DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO:

Será de responsabilidade do CONTRATADO o fornecimento de todos os equipamentos, transportes e recursos humanos necessários à perfeita execução dos serviços contratados.

PARÁGRAFO PRIMEIRO: A responsabilidade civil pela solidez e segurança da obra será do CONTRATADO, mesmo após o recebimento provisório ou definitivo da obra, pelo CONTRATANTE, não excluindo a responsabilidade ético-profissional daquele pela perfeita execução do contrato.

PARÁGRAFO SEGUNDO: Caberá ao CONTRATADO, com exclusividade, todas as obrigações e despesas com encargos sociais, trabalhistas, securitários, previdenciários, passados, presentes e futuros, na forma de legislação em vigor, relativos aos seus empregados que utilizar na execução do objeto deste contrato, bem como com quaisquer ações trabalhistas e/ou ações cíveis promovidas por estes empregados que porventura possam surgir durante a vigência do Contrato ou após a rescisão do mesmo, não podendo, em hipótese alguma, ser o CONTRATANTE por elas responsabilizado.

PARÁGRAFO TERCEIRO: O CONTRATADO obriga-se a manter durante toda a execução do presente contrato todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no certame licitatório.

PARÁGRAFO QUARTO: O Contratado fica obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem nas obras e/ou serviços, decorrentes do presente edital, até 25%(vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato, sendo que as supressões poderão ultrapassar o limite previsto.

PARÁGRAFO QUINTO: É vedada a subcontratação dos serviços ou parte destes com outras pessoas físicas ou jurídicas, sem a anuência expressa do CONTRATANTE.

facilidade



MUNICÍPIO DE SANTA MARIA DO OESTE - ESTADO DO PARANÁ

CNPJ: 95.684.544/0001-26

RUA JOSÉ DE FRANÇA PEREIRA, Nº 10 - CEP: 85.230-000 - FONE/FAX: (42) 3644-1359



FLS. Nº 11

CLÁUSULA NONA - DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE:

É de responsabilidade do CONTRATANTE a indicação do local para a execução dos serviços, ofertando ao CONTRATADO condições propícias a boa e perfeita execução do objeto deste contrato.

PARÁGRAFO PRIMEIRO: É de responsabilidade do CONTRATANTE efetuar os pagamentos ao CONTRATADO.

PARÁGRAFO SEGUNDO: O CONTRATANTE obriga-se a fornecer a Requisição de Serviços, proceder à fiscalização e medição dos serviços, efetuar o laudo de vistoria, bem como realizar o relatório de ocorrências da execução do contrato, emitir o Laudo provisório e definitivo de Conclusão da obra através da Secretaria Municipal de Habitação e Obras do Município e encaminhar uma via a Secretaria de Administração e outra a Comissão de Licitações.

CLÁUSULA DÉCIMA – DO FATURAMENTO

O processo de faturamento realizar-se-á conforme segue, de modo a estabelecer condições que objetivem padronizar prazos, condições e forma de apresentação.

PARÁGRAFO PRIMEIRO: Faturamento a preços iniciais que se compõem de Relação de documentos do Processo de faturamento (medições, Laudo de vistoria);

PARÁGRAFO SEGUNDO: O processo será apresentado e protocolado no 1º(primeiro) dia útil do mês subsequente à execução dos serviços. O período de medição abrange os serviços realizados até o último dia útil de cada mês e a nota fiscal/fatura deverá ser emitida com data do 1º (primeiro) dia útil do mês subsequente á execução dos serviços.

PARÁGRAFO TERCEIRO: O processo será devolvido mediante cancelamento de protocolo, se houver incorreção e/ou falta de documentos, mesmo tendo sido apresentado e protocolado no prazo.

PARÁGRAFO QUARTO: O CONTRATADO poderá reapresentar o processo, com nova nota fiscal e protocolar nas mesmas condições indicadas acima. O prazo para o procedimento de correção será o mesmo podendo ser dilatado para vencimento e pagamento, não cabendo neste período a atualização monetária ou qualquer outro ajuste da fatura devolvida.

PARÁGRAFO QUINTO: Serão retidos os impostos e contribuições sociais quando aplicável e de acordo com os critérios definidos na legislação pertinente.

CLAUSULA DÉCIMA PRIMEIRA: DO PAGAMENTO

Após o procedimento previsto na cláusula anterior, o pagamento será efetuado pelo Município, mediante apresentação de Nota Fiscal do CONTRATADO, correspondente a cada pagamento, mensalmente, até o final da obra, de acordo com as medições, Laudo de Vistoria, emitido pela Secretaria Municipal de Habitação e Obras.

PARÁGRAFO PRIMEIRO: O CONTRATADO deverá encontrar-se regular com a RFB/PGFN e FGTS, na data do efetivo pagamento, sob pena do não recebimento da fatura mensal. Deverá

Josiana Maria



MUNICÍPIO DE SANTA MARIA DO OESTE - ESTADO DO PARANÁ

C N P J: 95.684.544/0001-26

RUA JOSÉ DE FRANÇA PEREIRA, Nº 10 - CEP: 85.230-000 - FONE/FAX: (42) 3644-1359



também manter atualizados Certidões Negativas de Regularidade Fiscal Unificada RFB/PGFN e FGTS junto ao Cadastro do Contratante.

PARÁGRAFO SEGUNDO:

Ao Município fica reservado o direito de reter impostos municipais/federais incidentes sobre o objeto licitado.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA FISCALIZAÇÃO, TESTES, CONCLUSÃO, ACEITAÇÃO, RECEBIMENTO E POSSE DA OBRA.

PARÁGRAFO PRIMEIRO: O CONTRATADO deverá permitir que funcionários, especialistas, membros e demais peritos enviados pelo CONTRATANTE:

- a) Inspecionem e fiscalizem a qualquer tempo a execução da obra;
- b) Examinem os registros e documentos que considerarem necessários;
- c) Verifiquem se estão disponíveis na obra os veículos e/ou equipamentos disponibilizados pelo CONTRATADO, inclusive no que se refere aos relativos a Segurança no Trabalho. Caso fique constatada a falta dos mesmos no local da obra, poderão ser impostas as sanções previstas de acordo com o contrato de empreitada e as normas de segurança do trabalho.

PARÁGRAFO SEGUNDO: O CONTRATADO deverá manter um perfeito sistema de sinalização e segurança em todos os locais de serviços, principalmente nos trabalhos em vias públicas, de acordo com as normas de segurança do trabalho.

PARÁGRAFO TERCEIRO: O CONTRATADO deverá manter, no local da obra, preposto aceito pelo CONTRATANTE para representá-lo, caso seja necessário, durante a execução do contrato.

PARÁGRAFO QUARTO: O CONTRATADO deve manter no canteiro da obra um projeto completo, o qual deverá ficar reservado para o manuseio da fiscalização e do pessoal do órgão fiscalizador.

PARAGRAFO QUINTO: O CONTRATADO deverá manter no canteiro de obra o Boletim Diário de Ocorrências – BDO, o qual, diariamente, deverá ser preenchido e rubricado pelo encarregado do CONTRATADO e pela fiscalização.

PARÁGRAFO SEXTO: Caso o CONTRATADO não execute, total ou parcialmente qualquer dos itens ou serviços previstos, o CONTRATANTE reserva-se no direito de executá-los diretamente ou através de terceiros. Ocorrendo tal hipótese mencionada, o então CONTRATADO responderá pelos custos, através de glosas de créditos e/ou garantias e/ou pagamento direto ficando, suspenso de firmar contrato pelo prazo de até 02 (dois) anos, bem como poderá ser declarado inidôneo, conforme a gravidade da infração, além da responsabilidade pelos danos decorrentes.

PARÁGRAFO SÉTIMO: O CONTRATADO deverá atender às determinações da fiscalização no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas e prestar toda assistência e colaboração necessária.

J
Jaciana Maier



MUNICÍPIO DE SANTA MARIA DO OESTE - ESTADO DO PARANÁ

C N P J: 95.684.544/0001-26

RUA JOSÉ DE FRANÇA PEREIRA, N° 10 - CEP: 85.230-000 - FONE/FAX: (42) 3644-1359



1955
Santa Maria do Oeste



PARÁGRAFO OITAVO: Após a conclusão da obra, Secretaria Municipal de Habitação e Obras deverá emitir o Laudo de Recebimento Provisório de Aceitação da Obra encaminhando o mesmo para a Secretaria de Administração e para Comissão de Licitações.

PARÁGRAFO NONO: A obra, objeto deste contrato, será recebida pela Comissão de Recebimentos de Obras do Município de Santa Maria do Oeste, designada para tal ato, a qual emitirá o Laudo de Recebimento Definitivo da Obra após 60 (sessenta) dias do Recebimento Provisório, e encaminhará 01 (uma) via a Secretaria de Administração e 01(uma) via a Comissão de Licitações.

PARÁGRAFO DÉCIMO: O recebimento provisório ou definitivo da obra, não exclui a responsabilidade civil do CONTRATADO pela qualidade da obra, nem a ético-profissional, pela perfeita execução do contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DA SEGURANÇA E MEDICINA NO TRABALHO

O CONTRATADO deverá fornecer a todos os trabalhadores o tipo adequado de equipamento de proteção individual – EPI.

PARÁGRAFO PRIMEIRO: O CONTRATADO deverá treinar e tornar obrigatório o uso dos EPIs.

PARÁGRAFO SEGUNDO: O Equipamento de proteção individual fornecido ao empregado deverá obrigatoriamente conter a identificação do CONTRATADO.

PARÁGRAFO TERCEIRO: O CONTRATADO, em qualquer hipótese, não se eximirá da total responsabilidade quanto a negligência ou descumprimento da lei federal nº 6.514 de 22/12/1977, portaria 3.214 de 08/06/197, Normas Regulamentares – nº^s. 01 a 28 e em especial as nº^s. 04, 05, 06 e 18.

PARÁGRAFO QUARTO: O CONTRATADO não será eximido de qualquer responsabilidade quanto à segurança individual e coletiva de seus trabalhadores.

PARÁGRAFO QUINTO: Deverão ser observadas pelo CONTRATADO todas as condições de higiene e segurança necessárias à preservação da integridade física de seus empregados, ao patrimônio do CONTRATANTE e de outrem, e aos materiais envolvidos na obra, de acordo com as normas regulamentadoras - NRs aprovadas pela portaria 3.214 de 08/06/1978, lei federal nº 6.514 de 22/12/1977.

PARÁGRAFO SEXTO: Somente está autorizado a executar a obra, para o CONTRATANTE, o CONTRATADO que possuir profissional qualificado e que estejam instruídos quanto às precauções relativas ao seu trabalho e apresentarem estado de saúde compatível com as atividades desenvolvidas; portanto, os trabalhos nunca deverão ser executados sem que sejam analisados os riscos previstos, os sistemas de proteção individual e coletivo e estado geral das ferramentas e equipamentos utilizados.

PARÁGRAFO SÉTIMO: O CONTRATANTE atuará, objetivando o total cumprimento das normas, conforme contido no edital e neste contrato, estando autorizado a interditar serviços ou partes destes em caso de não cumprimento das exigências de lei. Se houver paralisações, estas não serão caracterizadas como justificativa por atraso na obra.

facimo mais



MUNICÍPIO DE SANTA MARIA DO OESTE - ESTADO DO PARANÁ

C N P J: 95.684.544/0001-26

RUA JOSÉ DE FRANÇA PEREIRA, Nº 10 - CEP: 85.230-000 - FONE/FAX: (42) 3644-1359



FLS. Nº 90

PARÁGRAFO OITAVO: O CONTRATADO deverá, de imediato, providenciar o atendimento das exigências do CONTRATANTE. Para casos específicos em que a fiscalização conceder prazos de 48 (quarenta e oito) horas para atendimento das exigências, as prorrogações dos referidos prazos não poderão ultrapassar 05 (cinco) dias para o atendimento completo.

PARÁGRAFO NONO: Esgotado o prazo descrito no parágrafo anterior, o CONTRATANTE poderá promover as medidas que forem necessárias, cobrando do CONTRATADO as despesas daí decorrentes, sem prejuízos de outras penalidades previstas no contrato de empreitada, inclusive a sua rescisão.

PARÁGRAFO DÉCIMO: Cabe ao CONTRATADO solicitar ao CONTRATANTE a presença imediata do responsável pela fiscalização em caso de acidente na obra e/ou nos serviços e/ou nos bens de terceiros, para que seja providenciada a necessária perícia.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - VEÍCULOS, MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS

PARÁGRAFO PRIMEIRO: Todos os veículos, máquinas e equipamentos a serem utilizados na obra, serão fornecidos pelo CONTRATADO e todos os custos de aquisição, de transporte, de armazenamento ou de utilização deverão estar incluídos nos preços unitários propostos.

PARÁGRAFO SEGUNDO: A responsabilidade pelo fornecimento, em tempo hábil, dos veículos, máquinas e equipamentos será exclusivamente do CONTRATADO, que não poderá solicitar prorrogação do prazo de execução, nem justificar retardamento na conclusão da obra, em decorrência do fornecimento deficiente dos mesmos.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DAS PENALIDADES

O não cumprimento pelo CONTRATADO quanto aos prazos detalhados no instrumento convocatório e no presente contrato, o atraso na execução dos serviços, a não substituição, reconstrução, correção, reparação dos serviços ou objetos viciados, implicarão, notadamente, nas seguintes penalidades:

- a) multa de 0,1% (um décimo por cento) do valor contratual por dia consecutivo que exceder à data prevista para conclusão da (s) obra (s);
- b) multa de 10% (dez por cento) do valor contratual quando a CONTRATADA ceder o contrato, no todo ou parte, a pessoa física ou jurídica, sem autorização do CONTRATANTE, devendo reassumir a execução da (s) obra (s) no prazo máximo de 15 (quinze) dias, da data da aplicação da multa, sem prejuízo de outras sanções contratuais;
- c) multa de 0,1% (um décimo por cento) por dia de atraso quanto ao descumprimento das determinações emanadas da fiscalização.

PARÁGRAFO PRIMEIRO: A inadimplência e o descumprimento das demais cláusulas do presente contrato sujeitará o CONTRATADO às seguintes sanções administrativas, aplicáveis na forma da lei, após a instauração de processo administrativo, conforme a gravidade da falta:

- a) Advertência;
- b) Multa de 10% (dez por cento) sobre o valor contratado, a ser aplicada na hipótese do parágrafo primeiro, da Cláusula Décima Oitava;

Josiana Maria



c) Suspensão temporária de participação em licitações e impedimentos de contratar com o Município, pelo prazo que o Município fixar, segundo a gradação que for estipulada em função da natureza da falta.

d) Expedição de Declaração de inidoneidade para participação em licitação, ou contratar com o Município, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição, ou até que se promova a reabilitação.

PARÁGRAFO SEGUNDO: As sanções decorrentes do processo administrativo serão publicadas no Diário Oficial do Município.

PARÁGRAFO TERCEIRO: A aplicação das sanções previstas nesta cláusula não exclui a responsabilização do CONTRATADO por eventuais perdas e danos causados ao Município.

PARÁGRAFO QUARTO: As multas previstas no caput desta cláusula, alíneas "a", "b" e "c", bem como a prevista no § 1º, alínea "b" poderão ser aplicadas cumulativamente com as demais sanções administrativas constantes nas alíneas "a" "c" e "d", do §1º.

PARÁGRAFO QUINTO: A multa será cobrada pelo CONTRATANTE de acordo com o estabelecido pela legislação pertinente. Caso o CONTRATADO não venha a recolher a multa devida dentro do prazo determinado, a mesma será descontada do valor das parcelas de pagamento vincendas e/ou será descontada do valor da garantia de execução.

PARÁGRAFO SEXTO; As sanções previstas nesta cláusula poderão cumular-se, porém, não poderão exceder a 30% (trinta por cento) do valor contratual, assim como não excluem a possibilidade de rescisão administrativa do Contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DA RESCISÃO

O CONTRATANTE reserva o direito de rescindir o Contrato independentemente de interposição judicial ou extrajudicial, nos seguintes casos:

- a) quando o CONTRATADO falir, for dissolvido ou por superveniente incapacidade técnica;
- b) quando o CONTRATADO transferir no todo ou parte, o contrato a quaisquer empresas ou consórcios de empresas sem a prévia e expressa anuência do CONTRATANTE;
- c) quando houver atraso nos serviços pelo prazo de 30 dias por parte do CONTRATADO sem justificativa aceita pelo CONTRATANTE;
- d) quando houver inadimplência de cláusulas ou condições contratuais por parte do CONTRATADO e desobediência da determinação da fiscalização; e
- e) demais hipóteses do Art. 78, 79 e 80 da Lei 8.666/93 e suas posteriores alterações.

PARÁGRAFO PRIMEIRO: Decorrido atraso na execução do objeto, de período igual ou superior a 1/3 (um terço) do prazo de execução, sem manifestação do CONTRATADO, estará caracterizada a recusa, ficando assegurado ao CONTRATANTE o direito de tomar as medidas cabíveis para a rescisão contratual e aplicação da multa em conformidade com o estabelecido na Cláusula Décima Sétima, § 1º, "alínea b".

6
peixoto marcel



MUNICIPIO DE SANTA MARIA DO OESTE - ESTADO DO PARANÁ

C N P J: 95.684.544/0001-26

RUA JOSÉ DE FRANÇA PEREIRA, N° 10 - CEP: 85.230-000 - FONE/FAX: (42) 3644-1359



FLS. N° 92

PARÁGRAFO SEGUNDO: A rescisão do contrato, quando motivada por qualquer dos itens acima relacionados, implicará na apuração de perdas e danos, sem prejuízo da aplicação das demais penalidades legais cabíveis.

PARÁGRAFO TERCEIRO: Declarada a rescisão do contrato, que vigorará a partir da data de sua declaração, o CONTRATADO se obriga, expressamente, como ora o faz, a entregar os serviços já concluídos, os materiais depositados e o canteiro de obras inteiramente desembaraçado, não criando dificuldades de qualquer natureza.

CLÁUSULA DÉCIMA SETIMA – DOS CASOS OMISSOS

Os casos omissos serão solucionados pelos princípios jurídicos gerais, bem como aplicação dos dispositivos da lei 8.666/93, regentes da matéria.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA - DO FORO:

Fica eleito o foro de Pitanga com prevalência sobre qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para dirimir todas as dúvidas que possam advir de qualquer das cláusulas do presente contrato.

E por estarem assim justas e acordadas, as partes assinam o presente contrato em 3 (três) vias de igual teor e forma, na presença das testemunhas.

Santa Maria do Oeste - Paraná, 05 de Maio de 2020.


Contratante:


JOSE REINOLDO OLIVEIRA
Prefeito Municipal


Adriane de Paula Neves
RG: 9.396.458-6
CPF: 058.813.139-33

Contratado:


JOCIANO MAIER 08047904930


Fernando Lopes
RG: 7.605.179-8
CPF: 033.183.689-03



MUNICIPIO DE SANTA MARIA DO OESTE - ESTADO DO PARANÁ

C N P J: 95.684.544/0001-26

RUA JOSÉ DE FRANÇA PEREIRA, Nº 10 - CEP: 85.230-000 - FONE/FAX: (42) 3644-1359



EXTRATO DE CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 030/2020

Contratante: O MUNICIPIO DE SANTA MARIA DO OESTE, pessoa Jurídica de direito publico interno, inscrito no CNPJ do MF sob nº 95.684.544/0001-26, com sede na Rua José de França Pereira, 10 – Santa Maria do Oeste – PR, neste ato representado por seu prefeito municipal, Sr. **JOSE REINOLDO OLIVEIRA**.

Contratada: **JOCIANO MAIER 08047904930**, inscrito no C.N.P.J. sob n.º 27.155.567/0001/93, localizada na Rua Agenor de Oliveira, s/n - Centro, Município de Santa Maria do Oeste/PR.

OBJETO: “Contratação de Empresa para Prestação de Serviços de Instalação e Manutenção de Redes Elétricas dos Bens Públicos do Município de Santa Maria do Oeste - Pr”

Item	Nome do produto/serviço	Quant.	Unid.	Preço Unit.	Preço Total
1	PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE INSTALAÇÃO E MANUTENÇÃO DE REDES ELETRICAS	2.000	Horas	R\$ 36,00	R\$ 72.000,00
TOTAL =>					R\$ 72.000,00

Data de assinatura: 05 de Maio de 2020.

Vigência: 31/12/2020.



Carros

STRADA ANO 2001 1.8, c/retrovisor elétrico, direção hidráulica, ótimo estado, R\$ 2.900,00; aceite toca de reculo menor preço como entrada e parcela restante. Fone(s): 98833-1607 Whats 99913-5751

MONTANA ano 2010, 1.4 FLEX, valor R\$ 22.000,00 - Fone(s): 99104-2420 99936-3363

MONZA ANO 85 bom estado, R\$ 1.500,00 + documentos, precisa reparos. Fone(s): 98434-9328

SILVERADO ANO diesel, 06 cilindros, ano 97, troco por utilitário menor valor ou VENDO por R\$ 35.000,00. - Fone(s): 98405-5245

ECO-SPORT Ano 2012, R\$ combinar c/sr. Antonio. - Fone(s): 9999-9052 99986-3578

FIAT ANO 2004 Strada CS, motor fire 1.3, R\$ 14.000,00. - Fone(s): 42 99943-9820

PAJEIRO ANO 2012 Economy Fire Flexim cor prata, 02 portas, valor R\$ 18.000,00, básico. - Fone(s): 99912-2393

PICK-UP STRADA 2007, completa, cxabine estendida, R\$ 22.500,00 - Fone(s): 99982-8416

PARATI ANO 2009 completa, motor 1.6, 4 portas, tabela FIPE R\$ 22.000,00; vendo por R\$ 17.000,00 à vista. Na troca considerar valor FIPE. - Fone(s): 99908-8911

PASSAT ANO 83 bom estado, aceita troca, R\$ combinar. - Fone(s): 98434-9328

POLO Classic, ano 99, bom estado, vendo ou troco. - Fone(s): 98434-9328

VOYAGE ANO 85 motor AP álcool, jogo de roda, doc. dia, aceite fusca no negócio. - Fone(s): 3622-0584 98426-2265

VOYAGE ANO 89 motor AP, 1.6, álcool, chave reserva e manual de usuário, doc. ok., cor prata, R\$ 5.500,00 - Fone(s): 3627-3375 98411-5754

CAMINHONETE ANO Amarok, 2013, completa, único dono, troco por Cruze 1.4, turbo, volto diferença à vista. - Fone(s): 42 99101-5015

CAMINHONETE ANO 81 Ano 2000, R\$ 26.000,00, aceita carro no negócio. - Fone(s): 99967-7004

CAMINHONETE ANO 93 L200, 4 X 4, doc. em dia, tração funcionando, 04 pneus bons, R\$ 20.000,00 ou troco p/carro de menor valor. - Fone(s): 99817-3325

CR-V ANO 2006 4X4, 2.0 automática, gasolina, completa, bancos em couro, 04 pneus novos, teto solar. Toda revisada na concessionária, R\$ 28.000,00; aceite troca veículo de menor valor. - Fone(s): 99908-8911

MOTO

MOTO HONDA PCX 150 cilindradas, ano 2017, ótimo estado, R\$ 9.000,00 - Fone(s): 98405-5245

MOTO FAZER 250cc, preta com bau, ano 2008 Yamaha, R\$ 6.500,00. - Fone(s): 41 99555-9065 John

MOTO HONDA PCX 150 cilindradas, ano 2017, ótimo estado, R\$ 9.000,00 - Fone(s): 98405-5245

CAMINHÃO

CAMINHÃO ANO 95 FORD, R\$ 35.000,00 - Fone(s): 98428-4004 99900-8671

DIVERSOS

CAIXA DE SOM c/microfone, marca Mondium, R\$ combinar. - Fone(s): 41 98813-7956



Diversos

Vende-se liquidificador, novo, em perfeitas condições, 110v. Valor R\$ 25,00. Com tato pelo fone 42 98406 3571, falar com Acir.

Vendo 02 motores seminovos para portão de elevação. Valor a combinar. 9 9977-4634 e 9 9854-2670

Vendo churrasqueira portátil nova na caixa a carvão e a bafo com rodinha para transporte. Valor a combinar. FONE-99977-4634 e 3304-2278



Imóveis

VENDA

B. SANTANA: VENDE-SE CASA 02 quartos, sala, cozinha, wc, área de serviço, R\$ 25.000,00; próx. Copel, falar com Nina. - Fone(s): 99814-5171

B. SANTANA: VENDE-SE CASA ALVENARIA c/lage, financiado, próx. do Centro, R\$ 150.000,00 como entrada + parcelas; aceite caminhonete como parte do negócio. - Fone(s): 98833-1607 Whats 99913-5751

B. SANTANA: VENDE-SE CASA MADEIRA para retirada do local ou troca por material de construção, R\$ 2.000,00 - Fone(s): 99827-0855

CRISTO REI: VENDE-SE CASA ALVENARIA Rua ds Figueiras, 194, R\$ combinar. - Fone(s): 3624-3398 99918-3062 Luiz

MORRO ALTO: VENDE-SE CASA ALVENARIA ou tro-

co, semi mobiliada, aceito apartamento na troca, contendo 03 quartos sendo 02 suítes, sala, cozinha, lavanderia, churrasqueira, salão de festa, garagem p/03 carros, valora combinar. - Fone(s): 99977-4634 3304-2278

OUTRAS LOCALIDADES: VENDE-SE CASA ou troco casa na Praia de Guaratuba por carro ou imóvel em Guarapuava, valor R\$ 100.000,00. - Fone(s): 99902-8828 98841-2409

OUTRAS LOCALIDADES: VENDE-SE CASA Alagado/Candói, 110 metros construídos, semi nova, terreno 15 X 28, contendo 03 quartos, sala c/cozinha conjugada, 02 wc, dispensa, churrasqueira e varande em L, R\$ combinar. - Fone(s): 99974-1836 99925-9525

RECANTO FELIZ: VENDE-SE CASA Rua dos Cardeais, 53; 11 peças, valor R\$ 195.000,00 - Fone(s): 3624-3398 99918-3062 LUIZ

RESIDENCIAL 2000: VENDE-SE CASA contendo 03 quartos, sala, cozinha e banheiro, doc. em dia; R\$ 120.000,00 à vista pagamento em dinheiro. - Fone(s): 98812-8122

RESIDENCIAL 2000: VENDE-SE CASA com 02 quartos, sala, cozinham wc + garagem para 02 carros, terreno 10X22; doc. em dia, valor R\$ 70.000,00, falar com Paulo - Fone(s): 98427-7207

SÃO CRISTÓVÃO: VENDE-SE CASA ALVENARIA Rua Angra dos Reis, 82, contendo 03 quartos, sala, copa, cozinha, lavanderia com churrasqueira 120 metros construídos em 01 casa de 150m, de fundos, terreno 15X35; valor R\$ 380.000,00. - Fone(s): 99914-2808

VILA CARLI: VENDE-SE CASA ALVENARIA contendo: 03 quartos, sala, cozinha, banheiro, lavanderia e garagem, terreno 10X50, valor R\$ 200.000,00; aceite como parte no negócio caminhão basculante. - Fone(s): 42 98406-4586 WHATS

VILA CARLI: VENDE-SE CASA MADEIRA para retirar do local, Rua Tapajós, 438; R\$ 3.000,00. - Fone(s): 3304-4124 99903-8052

MUNICÍPIO DE SANTA MARIA DO OESTE - ESTADO DO PARANÁ
C.N.P.J. Nº 06.684.648/0001-28

EXTRATO DE CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 030/2020

Contratante: O MUNICÍPIO DE SANTA MARIA DO OESTE, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ do MF sob nº 95.684.544/0001-26, com sede na Rua José de França Pereira, 10 - Santa Maria do Oeste - PR, neste ato representado por seu prefeito municipal, Sr. JOSÉ REINOLDO OLIVEIRA.

Contratada: JOCIANO MAIER 08047904930, inscrito no C.N.P.J. sob nº 27.155.567/0001/93, localizada na Rua Agenor de Oliveira, s/n - Centro, Município de Santa Maria do Oeste/PR.

OBJETO: "Contratação de Empresa para Prestação de Serviços de Instalação e Manutenção de Redes Elétricas dos Bens Públicos do Município de Santa Maria do Oeste - PR"

Item	Nome do produto/serviço	Quant.	Unid.	Preço Unit.	Preço Total
1	PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE INSTALAÇÃO E MANUTENÇÃO DE REDES ELÉTRICAS	02	Horas	R\$ 36,00	R\$ 72.000,00
TOTAL >>>					R\$ 72.000,00

Data de assinatura: 05 de Maio de 2020.
Vigência: 31/12/2020

Secretaria Municipal de Saúde
Araruna - PR - Fone: (41) 3462-2342

DECISÃO

Processo Administrativo nº 65/2019

A Comissão de Sindicância e Inquérito Administrativo, nomeada especificamente para análise de recurso nomeada pela Portaria nº 312/2019, encaminhou para essa secretaria o processo acima citado com a informação de que finalizou os trabalhos no processo. Assim, a comissão fez o relatório final, após analisar o recurso pela parte noticiada, conduzindo no sentido de ser aplicada a penalidade de advertência que consta no artigo 137, inciso I da Lei Municipal nº 1.233/2006, por violação tipificada nos artigos 126, inciso IV, da mesma lei.

Desta forma, no exercício das atribuições a mim conferidas, pela Portaria nº 042/2017, ADOTO como fundamento deste ato, as conclusões contidas no Relatório da Comissão nomeada especificamente para análise de recurso, para aplicar a Sra. Eliana de Jesus Fernandes Magalhães agente comunitária de saúde lotada na Secretaria Municipal de Saúde, sob a matrícula nº 32610, nos termos do art. 126, inciso IV, c/c art. 136, inciso I, ambos da Lei Municipal nº 1.233/2006, unicamente a pena de ADVERTÊNCIA, por deixar de cumprir ordens superiores inerentes ao seu trabalho.

Dê ciência ao interessado.

Após para aplicação imediata da penalidade e registro junto a Divisão de Recursos Humanos.

Araruna, 29 de abril de 2020.

Gustavo França dos Santos
Secretário Municipal de Saúde
Município de Araruna
Portaria nº 042/2017

Secretaria Municipal de Saúde
Araruna - PR - Fone: (41) 3462-2342

DECISÃO

Processo Administrativo nº 67/2019

A Comissão de Sindicância e Inquérito Administrativo, nomeada especificamente para análise de recurso nomeada pela Portaria nº 312/2019, encaminhou para esta secretaria, o processo acima citado com a informação de que finalizou os trabalhos no processo. Assim, a comissão fez o relatório final, após analisar o recurso protocolado pela parte noticiada, conduzindo no sentido de ser aplicada a penalidade de advertência que consta no artigo 137, inciso I da Lei Municipal nº 1.233/2006, por violação tipificada nos artigos 126, inciso IV, da mesma lei.

Desta forma, no exercício das atribuições a mim conferidas, pela Portaria nº 042/2017, ADOTO como fundamento deste ato, as conclusões contidas no Relatório da Comissão nomeada especificamente para análise de recurso, para aplicar a Sra. Maria de Lourdes da Silva Queiroz, agente comunitária de saúde, lotada na Secretaria Municipal de Saúde, sob a matrícula nº 85060, nos termos do art. 126, inciso IV, c/c art. 136, inciso I, ambos da Lei Municipal nº 1.233/2006, unicamente a pena de ADVERTÊNCIA, por deixar de cumprir ordens superiores inerentes ao seu trabalho.

Dê ciência ao interessado.

Após para aplicação imediata da penalidade e registro junto a Divisão de Recursos Humanos.

Araruna, 29 de abril de 2020.

Gustavo França dos Santos
Secretário Municipal de Saúde
Município de Araruna
Portaria nº 042/2017

SÚMULA

Súmula de Recebimento de Licença Prévia

A empresa D & S AGRÍCOLA LTDA torna público que recebeu do IAT a Licença Prévia, para Armazenamento e Comércio de Agrotóxicos, a ser instalada na Rua Conrado Klüber, 98, bairro Conradinho, Município de Guarapuava, Estado do Paraná.

SÚMULA

Súmula de Recebimento de Licença de Instalação

O senhor Rodrigo Junior Scalabrini, torna público que recebeu do IAP a Licença de Instalação, para a atividade de produção de fibras minerais, instalada na Estrada Municipal, s/n, Imóvel São Sebastião, bairro Rural, no Município de Guarapuava, Estado do Paraná.

SÚMULA

SUMULA DE REQUERIMENTO DE RENOVAÇÃO DA LICENÇA DE OPERAÇÃO

Santa Maria Cia. de Papel e Celulose, CNPJ 77.887.917/0001-84 torna pública que irá requerer ao IAT, a Renovação da Licença de Operação 19806 da unidade beneficiadora de basalto, instalada na BR-277, Km 364, s/n, Rio Coutinho, Município de Guarapuava, Estado do Paraná.

SÚMULA

Súmula de Requerimento de Licença de Instalação

A empresa D & S AGRÍCOLA LTDA torna público que irá requerer do IAT a Licença de Instalação, para Armazenamento e Comércio de Agrotóxicos, a ser instalada na Rua Conrado Klüber, 98, bairro Conradinho, Município de Guarapuava, Estado do Paraná.

SÚMULA

Súmula de Requerimento de Licença de Operação

O senhor Rodrigo Junior Scalabrini, torna público que irá requerer do IAP, a Licença de Operação, para a atividade de produção de fibras minerais, instalada na Estrada Municipal, s/n, Imóvel São Sebastião, bairro Rural, no Município de Guarapuava, Estado do Paraná.

MUNICÍPIO DE PITANGA

DECRETO Nº 92, DE 04 DE MAIO DE 2020

O PREFEITO MUNICIPAL DE PITANGA, ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE

Art. 1º - APLICAR a Penalidade de advertência, por deixar de cumprir ordens superiores inerentes ao seu trabalho, a Sra. Eliana de Jesus Fernandes Magalhães, agente comunitária de saúde, lotada na Secretaria Municipal de Saúde, sob a matrícula nº 32610, nos termos do art. 126, inciso IV, c/c art. 136, inciso I, ambos da Lei Municipal nº 1.233/2006, por violação tipificada nos artigos 126, inciso IV, da mesma lei.

Araruna, 29 de abril de 2020.

Márcio G. Callegari Rodrigues Barbosa
Prefeito